



IDIS
DESENVOLVENDO O
INVESTIMENTO SOCIAL

PERSPECTIVAS PARA A FILANTROPIA NO BRASIL **2024**

INTRODUÇÃO

A ação filantrópica, ao mesmo tempo que gera mudanças, responde aos desafios de seu tempo. É propositiva e resiliente. É fruto de iniciativas individuais e de criações coletivas. É inovadora, ágil e profunda.

Refletir sobre os desafios de nosso mundo, trocar percepções, criar e adotar metodologias capazes de gerarem soluções, conhecer exemplos de experiências, organizações e lideranças que fazem a diferença é parte do dia a dia no IDIS. Há três anos, decidimos compartilhar esses aprendizados, reunidos neste projeto – o **Perspectivas para a Filantropia no Brasil**. Não se trata de apresentar apenas aquilo que é novo ou inovador, mas explicitar movimentos que são importantes para o agora, que se destacam e para os quais filantropos, investidores sociais e todos aqueles que atuam neste campo devem estar atentos.

As oito perspectivas aqui apresentadas são fruto de um processo coletivo, que reúne diferentes saberes de nossa equipe e são expressão de nossos valores, ao fomentar o aprendizado e a colaboração em produções inspiradoras ao setor.

Nosso ponto de partida foi a compreensão de que os desafios que enfrentamos estão cada vez mais complexos e interconectados. Se antes era predominante uma atuação filantrópica baseada em causas específicas, em silos e caixinhas delimitadas, abre-se o olhar para respostas integradas e

que contribuem para mudanças estruturantes. Não à toa, escolhemos abrir o relatório com a perspectiva ‘Policrise e as respostas da filantropia’.

Escolhemos também falar sobre os crescentes compromissos públicos assumidos por empresas, que vão além do lucro e declaram ações concretas e metas de impacto, conectadas à agenda ESG. Nos debruçamos sobre a expansão de atores ao redor do Brasil, que atuam de forma localizada, e sobre como há um investimento crescente na promoção de um ambiente regulatório favorável ao nosso setor. Proteção do meio ambiente, a questão climática, a promoção da diversidade e o combate à pobreza são causas que não poderiam ficar de fora, assim como inovações no campo da avaliação de impacto, que começa a se beneficiar do *blockchain*, e a adoção da Inteligência Artificial, que precisa ser encarada como realidade e não como possibilidade.

Este relatório se propõe a apresentar uma fotografia mais nítida de nosso horizonte e é um convite à reflexão e à ação. Uma contribuição dos profissionais do IDIS para um futuro resiliente e sustentável – em todas suas instâncias.

Boa leitura!

Paula Fabiani

CEO do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

FICHA TÉCNICA

Iniciativa

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Coordenação

Luisa Gerbase de Lima

Marina Zanin Negrão

Paula Jancso Fabiani

Produção do Conteúdo

Andrea Hanai

Daniel Barretti

Denise Carvalho

Felipe Insunza Groba

Lavínia Xavier

Luisa Gerbase de Lima

Luiza Saraiva

Marcelo Modesto

Marina Zanin Negrão

Thais Bassinello

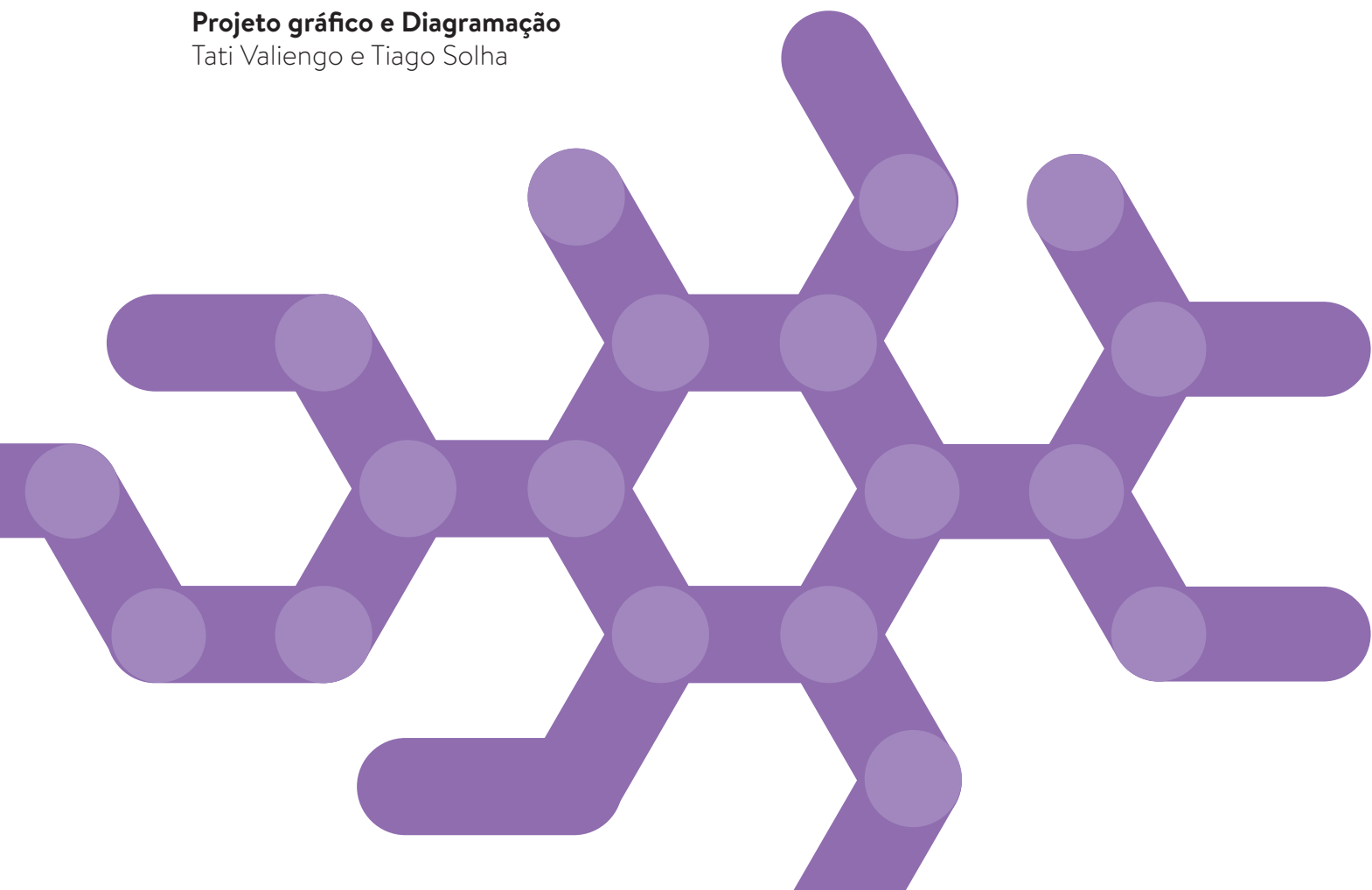
Whilla Castelhana

Revisão

Ana Paula Drumond Guerra

Projeto gráfico e Diagramação

Tati Valiengo e Tiago Solha



PERSPECTIVA

1

POLICRISE E AS RESPOSTAS DA FILANTROPIA

Interdependência entre causas demandam soluções estratégicas e interconectadas

PERSPECTIVA

2

COMPROMISSOS COM O FUTURO

Mais do que intenções e declarações públicas: é hora de ação

PERSPECTIVA

3

BRASIL NO CENTRO DAS DISCUSSÕES SOBRE CLIMA E MEIO AMBIENTE

O protagonismo do poder público e da filantropia nesta agenda global

PERSPECTIVA

4

POTÊNCIA DA FILANTROPIA REGIONAL

Iniciativas filantrópicas avançam em diferentes regiões do Brasil e endereçam desafios locais

PERSPECTIVA

5

AÇÕES PARA UM AMBIENTE REGULATÓRIO FAVORÁVEL

O foco do investimento filantrópico vai além de causas específicas, beneficiando a infraestrutura do Terceiro Setor

PERSPECTIVA

6

AVALIAÇÃO DE IMPACTO COMO ALIADA NA AGENDA ESG

A mensuração das ações relacionadas ao pilar Social traz materialidade e contribuem para narrativas de verdadeiro impacto positivo

PERSPECTIVA

7

GOVERNANÇA E DIVERSIDADE LADO A LADO

Diferentes origens e perspectivas fortalecem conselhos e levam a melhores decisões

PERSPECTIVA

8

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: RISCO OU OPORTUNIDADE? REALIDADE.

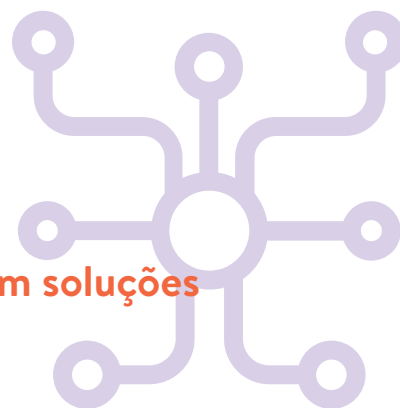
A IA veio para ficar e investimento é necessário para que o Terceiro Setor possa aproveitar seu potencial

PERSPECTIVA

1

POLICRISE E AS RESPOSTAS DA FILANTROPIA

Interdependência entre causas demandam soluções estratégicas e interconectadas



“*Choques simultâneos, riscos profundamente interligados e a erosão da resiliência estão originando o risco de uma policrise – onde crises díspares interagem de forma que o impacto global excede em muito a soma de cada parte.*”

The Global Risks Report 2023 - Fórum Econômico Mundial

O termo policrise não é novo, mas é cada vez mais usado para definir os desafios que enfrentamos atualmente. A crise climática está conectada ao agravamento da fome e ao aumento de refugiados. A guerra na Ucrânia amplia o debate sobre o uso de energia fóssil, e a crise sanitária deflagrada pela pandemia de Covid-19 levou países a repensarem estruturas de distribuição de renda, moradia, acesso a saneamento básico, modelos de estímulo ao empreendedorismo e a própria cooperação internacional. Os problemas interagem entre si, estão entrelaçados. É uma crise múltipla, cujas partes se retroalimentam e avança com uma velocidade e escala nunca antes experimentadas.

Indivíduos, empresas e organizações sociais declaram que se dedicam a causas específicas, mas se conectam com outros atores e temas do sistema do qual fazem parte. É assim que vemos surgir programas voltados à saúde, mas que consideram também a agricultura familiar, ou ações que combinam desenvolvimento econômico, proteção de povos originários e soluções para a energia.

Observamos também uma grande profusão de parcerias e redes multitemáticas.

A filantropia começa a responder de forma integrada, propondo-se a contribuir para mudanças estruturantes. Interessante ver as demandas de líderes que buscam mudanças sistêmicas apresentadas no relatório Abrçando a Complexidade, da Ashoka e McKinsey & Company, traduzido no Brasil pelo Movimento Bem Maior. O estudo aponta que 55% dos líderes de mudança de sistemas sentem falta de apoio adequado dos financiadores, enquanto 72% relatam restrições em mais de 3/4 dos recursos recebidos. Ou seja, é um movimento que foi iniciado, mas ainda é insuficiente aos que estão na ponta.

Neste contexto, destacam-se dois movimentos que trazem contornos na busca dessas soluções. O primeiro é a compreensão da importância da diversidade e das equidades. Torna-se premissa a escuta às múltiplas vozes e a busca por arranjos que promovam oportunidades iguais. Ganha

força também o ‘*shift the power*’, termo que sugere o deslocamento das estruturas de poder. Por muitos anos, o norte global, as grandes corporações, os financiadores ditaram os paradigmas de desenvolvimento. Sob esse prisma, as soluções locais passam a ser mais valorizadas para gerar mudanças mais sustentáveis e duradouras.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA

Movimento composto por mais de 350 representantes do setor privado, setor financeiro, academia e sociedade civil, que têm como objetivo articular e facilitar ações para promover o uso harmônico, inclusivo e sustentável da terra no país, com base em conhecimento científico e capacidade de escuta e de articulação para estabelecer alianças, sejam elas nacionais ou internacionais, a fim de viabilizar a transição para a nova economia. Atuam para promover a sinergia entre as agendas de proteção, conservação, uso sustentável das florestas naturais e plantadas, agropecuária e adaptação às mudanças climáticas.

TRANSFORMANDO TERRITÓRIOS

Iniciativa do IDIS com a Charles Stewart Mott Foundation, o Transformando Territórios foi lançado em 2019 com o objetivo de fomentar a criação e o fortalecimento de Fundações e Institutos Comunitários (FICs) no Brasil, modelo pouco conhecido e pouco adotado por organizações locais. As FICs não têm uma causa específica. São estruturas que atuam em territórios, a partir de um amplo diagnóstico, captando recursos, capacitando organizações locais, promovendo redes e priorizando ações de acordo com as demandas da comunidade, em processos participativos. Em 2024, o programa está presente em todo o Brasil, apoiando 15 organizações que atuam ou que estão se estruturando para atuar de acordo com este modelo.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Identifique o sistema mais amplo que envolve os temas com os quais atua. Mapeie as conexões, os atores envolvidos, causas e consequências, assim como a sua participação neste universo. Ter mais clareza acerca do ecossistema permitirá que tome decisões mais adequadas para a geração de mudanças estruturais.

PERSPECTIVA

2

COMPROMISSOS COM O FUTURO

Mais do que intenções e declarações públicas: é hora de ação



“

É abundantemente claro que uma resposta muito mais profunda, rápida e ambiciosa é necessária para desencadear a transformação social e econômica necessária para alcançar nossos objetivos de 2030.”

Antônio Guterres, Secretário Geral da ONU

A seis anos do prazo para o cumprimento da Agenda 2030, proposta pela ONU em 2015, a urgência é ainda maior, assim como a necessidade de coordenação entre as ações. Crescem, assim, os compromissos públicos relacionados a diversos temas. Governos assinam tratados e divulgam cartas de intenção. Empresas divulgam metas, adotam novos modelos de negócios e reorientam suas práticas de investimento social para gerar transformações positivas. A Natura, por exemplo, assinou o compromisso de ser carbono zero até 2050, junto com outras organizações, e atrelou o indicador de emissões à Participação de Lucros e Resultados (PLR) da empresa. A Ambey, signatária do Pacto pela Equidade Racial, apresenta em seu site 13 objetivos referentes à equidade racial, com formas de mensuração e prazos de atingimento claros. A partir dos Compromissos para Renovar a Vida, a Suzano se dispõe a ampliar seu papel na cadeia de valor e na sociedade para promover mudanças significativas na forma como produz, consome e se relaciona com o mundo, contribuindo com uma economia

regenerativa. Para impulsionar a Educação, tem como meta aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 40% em todos os seus municípios prioritários até 2030.

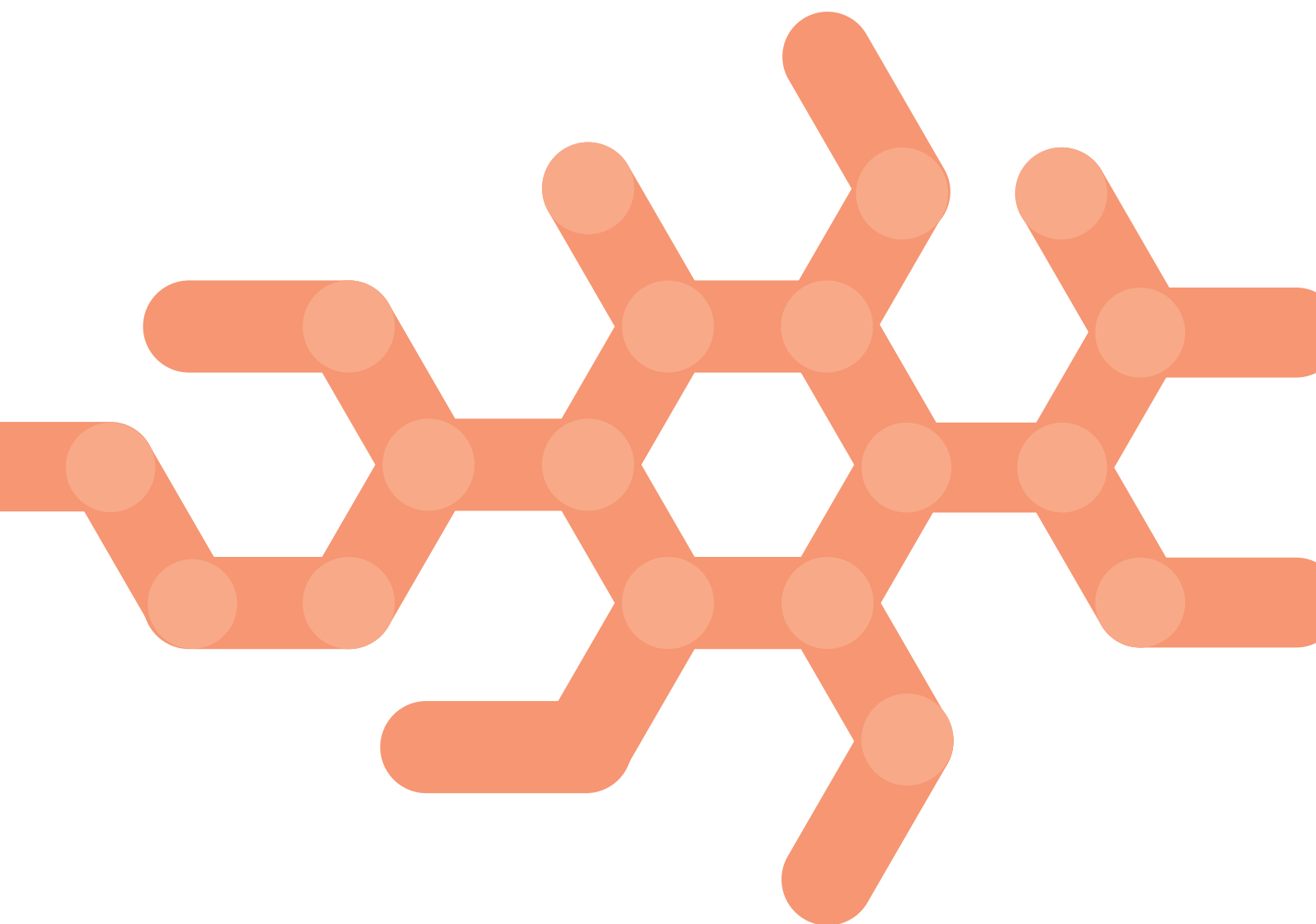
Outra forma de assumir compromissos é a partir da criação de fundos patrimoniais, alocando recursos expressivos que contribuem para a sustentabilidade financeira de organizações e causas, ou no investimento em fundos emergenciais, contribuindo para agilizar a resposta a eventos climáticos extremos, como secas, tempestade ou incêndios florestais. Segundo a ONU, caminhamos em direção a consequências irreversíveis do aquecimento global e esses acontecimentos aumentam em sua frequência, intensidade e gravidade. Estar preparado e ser capaz de reagir na hora certa, no lugar certo, pode salvar muitas vidas e proteger os meios de subsistência das comunidades.

A tendência se expressa também no campo da filantropia familiar, ainda que com menos força no Brasil. Com 13 anos de existência,

o *Giving Pledge* tem 241 signatários de 29 países, correspondendo a uma doação prometida equivalente a 600 bilhões de dólares para a filantropia. Para participar, é preciso ser bilionário e se comprometer a doar pelo menos 50% de sua fortuna.

Qual o risco? Os ‘*washings*’, termo em inglês que significa ‘lavagem’ e que foi adotado para denominar discursos falsos e pouco ancorados em fatos. Ou seja, compromissos assumidos podem não passar de promessas

vazias, que não se concretizam ao longo do tempo - ativos de comunicação sem lastro na realidade. Organizações podem se dizer sustentáveis, preocupadas e respeitosas em relação às comunidades onde estão presentes, mas se não há verdade no que dizem, isso acaba vindo à tona, e o preço pago pode ser bastante alto, acompanhado de uma crise de confiança. Por isso, cada vez mais, vemos compromissos assumidos atrelados a metas e a um cronograma de execução que podem ser acompanhados pela sociedade.



ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

COMPROMISSO 1%

Inspirado no ‘*Pledge 1%*’, movimento que nasceu nos Estados Unidos, o Compromisso 1% tem previsão de lançamento no Brasil em 2024, a partir de uma iniciativa do IDIS em parceria com o Grupo MOL. Nessa iniciativa, empresas de todos os portes e segmento são incentivadas a se comprometerem com a doação anual de pelo menos 1% de seu lucro líquido para fundações/organizações da sociedade civil. Podem aderir ao movimento tanto empresas que já possuem essa prática, como aquelas que apresentam um plano para atingir o patamar em um prazo determinado.

COMBATE À POBREZA

Em linha com os ODS, a Vale tem a meta de apoiar a saída de 500 mil pessoas da pobreza extrema até 2030. Para isso, estruturaram um amplo processo de escuta e de pesquisa, com diferentes profissionais e instituições, que permitiu sistematizar a metodologia ‘Acompanhamento Familiar Multidimensional’ que inclui parcerias com governos, instituições da sociedade civil e outras corporações. Os resultados podem ser acompanhados no site da companhia. Igualmente, a Suzano também se compromete com a causa e tem como meta tirar 200 mil pessoas da linha de pobreza em suas áreas de atuação até 2030.

COMPROMISSOS PELO CLIMA

Em dezembro de 2023, durante a Conferência Mundial do Clima das Nações Unidas (COP 28), presenciamos lideranças mundiais se comprometendo à redução gradual do uso de combustíveis fósseis. Durante o encontro, foi também lançado o Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas, com 28 signatário de partida, mas que hoje já reúne muitos mais. Trata-se de uma iniciativa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) para estimular ações práticas e consistentes orientadas a partir de uma nova perspectiva de desenvolvimento, por meio das quais empresas e sociedade civil possam atuar para o alcance das metas nacionais de enfrentamento às mudanças climáticas.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Assumir compromissos públicos é coisa séria. Identifique pautas que sejam alinhadas à sua trajetória e envolva toda a organização no processo. O caminho para alcançar as metas deve ser definido com cuidado, assim como os indicadores e mecanismos de acompanhamento. Comunique a evolução, eventuais mudanças e os resultados. Transparência é chave. E lembre-se: você não está sozinho. Maiores impactos serão alcançados se você somar esforços a outras iniciativas.

PERSPECTIVA



BRASIL NO CENTRO DAS DISCUSSÕES SOBRE CLIMA E MEIO AMBIENTE



O protagonismo do poder público e da filantropia nesta agenda global

A identificação do Brasil a questões ambientais sempre existiu, mas o ano de 1992 foi um divisor de águas. O país sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando foram abordados assuntos como mudanças climáticas, o papel da biodiversidade e a preocupação com o desmatamento das florestas. Foi nesse encontro, que ficou conhecido como ECO-92, que se debateu com maior profundidade uma agenda global fundamentada no conceito de desenvolvimento sustentável. Passados pouco mais de 30 anos, os mesmos assuntos seguem relevantes, mas com debates mais aprofundados e necessidade de soluções mais urgentes.

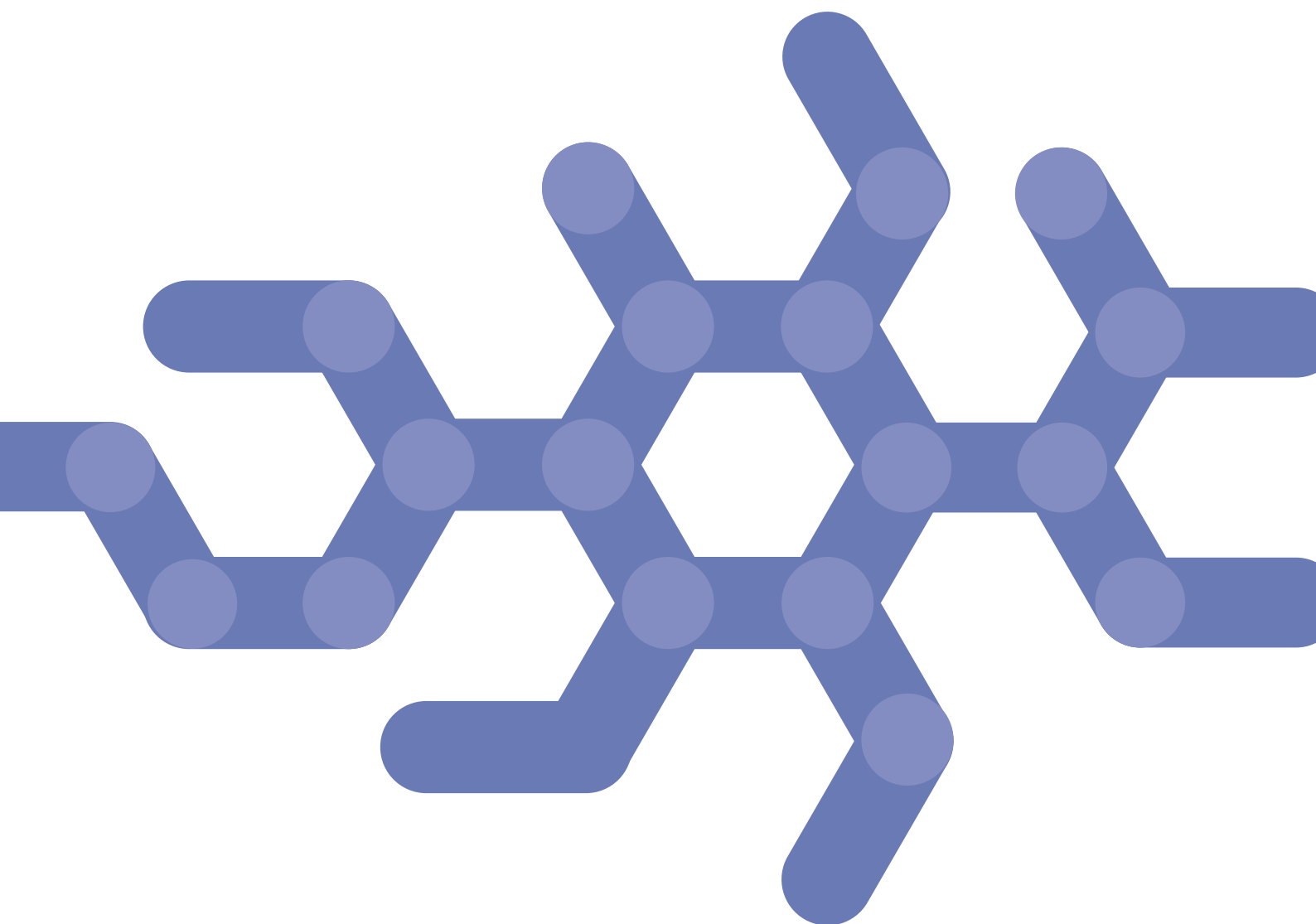
O desmatamento na Amazônia Legal cresceu, e estamos nos aproximando ao ponto de não retorno (processo de savanização da floresta amazônica caso se atinja o índice de 25% de sua área desmatada); ao mesmo tempo, a temperatura média global se aproxima ao limite estabelecido de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

O Brasil volta a buscar protagonismo na pauta, e aos poucos, também são restabelecidos espaços formais para a participação da sociedade civil organizada, a exemplo dos colegiados que regem o Fundo Amazônia e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O país presidirá o G20 em 2024 e foi escolhido para sediar a conferência do clima, COP30, no ano seguinte. Também há empenho em atrair a comunidade internacional para apoiar sua jornada na adoção de práticas mais sustentáveis e alcançar o desmatamento zero até 2030. Por meio do Fundo Amazônia, há novos contratos de cooperação sendo celebrados com o Reino Unido, Alemanha, Suíça e Estados Unidos, para o monitoramento e o fomento de ações produtivas sustentáveis no bioma, como o projeto Restaura Amazônia.

Neste cenário, crescem também as iniciativas filantrópicas que promovem, por exemplo, a inovação e a diversificação de mecanismos de captação e distribuição de recursos financeiros. Isso permite uma maior capacidade de execução e maior au-

tonomia da sociedade civil e de lideranças comunitárias, que já possuem legitimidade e significativo conhecimento técnico em iniciativas que visem à redução do desmatamento associado à inclusão produtiva na região do bioma da Amazônia.

Enfatiza-se o caráter disruptivo que a filantropia deve e pode ter para as questões ambientais, ao apoiar iniciativas que considerem a sociedade como parte integrante e fundamental para a preservação do meio em que vive e, portanto, de si mesmo. Nesse sentido, mostra-se como caminho importante a valorização e o fortalecimento de povos indígenas e de suas terras, onde se observam as menores taxas de desmatamento, conforme constata o relatório da ONU (FAO, 2023).



ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

COALIZÃO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

Lançada em agosto de 2023, a coalizão formada por GIZ, WRI Brasil e Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos busca melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem na área compreendida pelo bioma da Amazônia em harmonia com a natureza, enfocando na capacitação de atores políticos e articulação.

PROJETO RAÍZES DO PURUS

Iniciativa da Operação Amazônia Nativa – OPAN, a primeira organização indigenista fundada no Brasil, em 1969 e que colaborou com a organização das primeiras assembleias indígenas no país e com a formulação e execução de políticas indigenistas voltadas aos interesses, necessidades e especificidades socioculturais dessas comunidades. Recentemente, tem investido na proposição e no acompanhamento de experiências no campo das alternativas econômicas por meio do fortalecimento e da promoção de formas sustentáveis de manejo na Amazônia e no Cerrado. As equipes indigenistas também problematizam e refletem com os indígenas sobre práticas de consumo, capacitação para a apropriação de tecnologias de manejo e produção.

IMPACTO NETZERO

O ImPACTO NetZero é um movimento criado pela Klabin, empresa brasileira, maior produtora e exportadora de papéis do país, e atualmente também apoiado pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU, para que empresas se mobilizem em prol de um planeta mais sustentável, reduzindo as suas emissões de gases de efeito estufa.

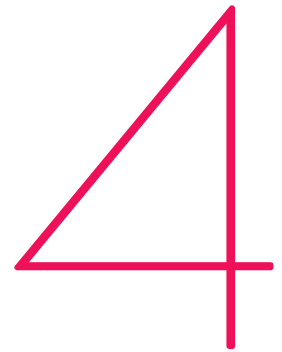
PODÁALI

Mecanismo financeiro, gerido e liderado por indígenas, de captação e redistribuição de recursos exclusivamente para indígenas com vistas a reforçar a autodeterminação e protagonismo, valorizar as culturas e modos de vida, fortalecer a sustentabilidade e promover a gestão autônoma de territórios e recursos naturais.

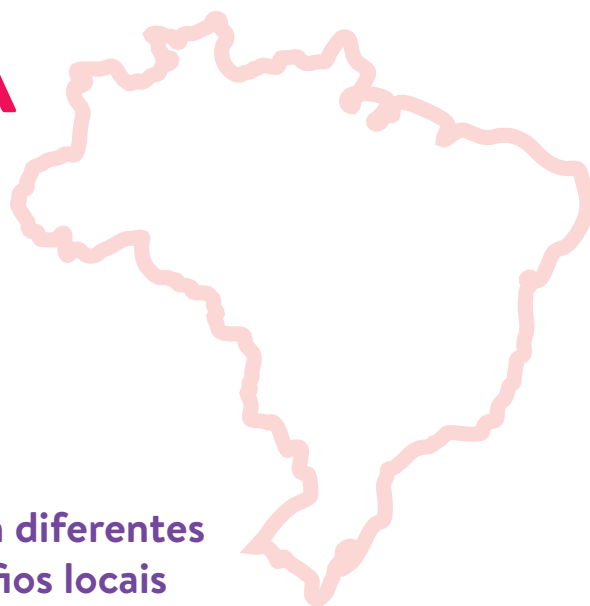
DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

A questão climática é cada vez mais transversal e diz respeito a organizações de todos os setores e tamanhos. Se você atua no campo da educação ou promove o empreendedorismo, reflita sobre como e onde ocorrem os atravessamentos com a pauta ambiental/climática e como você pode contribuir a partir de sua expertise.

PERSPECTIVA



POTÊNCIA DA FILANTROPIA REGIONAL



Iniciativas filantrópicas avançam em diferentes regiões do Brasil e endereçam desafios locais

De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil tem 673.638 OSCs, excluindo aquelas que têm caráter exclusivamente religioso. Elas estão distribuídas em todo o Brasil, respondem a desafios tanto globais, quanto nacionais e locais, beneficiam as mais diferentes causas e, da mesma forma, apresentam estruturas bastante díspares.

Os agentes ligados à filantropia e ao investimento social, detentores de recursos capazes de alavancar essas iniciativas, por outro lado, tradicionalmente, estiveram muito concentrados, em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O cenário, entretanto, vem mudando, impulsionado tanto por transformações e demandas sociais quanto pelo amadurecimento e crescente profissionalização do setor. Ao mesmo tempo em que a filantropia se desenvolve, expande e temos cada vez mais exemplos de ações relevantes em todas as unidades do país.

A descentralização traz consigo novos paradigmas. Esses filantropos estão mais atentos às demandas dos territórios e comunidades onde atuam, surgindo assim uma abordagem mais sensível às particularidades locais. Eles se adaptam aos métodos de atuação, narrativas, cultura, prioridades e modos de vida de cada território. Seja um bairro, distrito, cidade ou até um estado inteiro, identifica-se um esforço maior para uma atuação sistêmica que considera a interseccionalidade entre as causas e demandas.

À frente dessa mudança, principalmente, empresas familiares e filantropos individuais, que acionam suas redes para a geração de transformações socioambientais.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

NORTE

O Grupo Bemol, rede varejista com sede em Manaus, tem liderado uma série de ações filantrópicas para o desenvolvimento da região, em especial junto a indígenas. Membros da família dos fundadores se destacam também individualmente, advogando por soluções locais, a partir da perspectiva de quem conhece a Amazônia por dentro. Ilana Minev, por exemplo, investe muita energia na formação de redes e ações colaborativas.

NORDESTE

O Instituto Conceição Moura, com sede em Pernambuco, é um exemplo notável de como o desejo de deixar um legado familiar pode ser poderoso para impulsionar o desenvolvimento regional. Pautado especialmente nas potencialidades e capacidades de crianças e jovens, atua desde 2014 de forma integrada junto às esferas governamentais, instituições privadas e a comunidade; Além de exercer uma influência importante na filantropia pernambucana, mobilizando novos atores.

No Ceará, destaca-se a atuação da filantropia e empreendedora social Ticiane Rolin Queiroz. Em 2017, fundou o Somos Um, organização que busca resolver problemas sociais e ambientais por meio dos negócios, contribuindo para a construção de uma nova economia. Cinco anos depois, participou da criação da Coalizão pelo Impacto e tem sido uma grande articuladora para o crescimento e fortalecimento do ecossistema de negócios de impacto em seu estado.

CENTRO-OESTE

A Fundação André e Lucia Maggi (FALM), com sede em Cuiabá, atua desde 1997 com um olhar único para cada estado onde atua nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul do país. Comprometida com o desenvolvimento local, a fundação destaca-se pela compreensão profunda das demandas específicas de cada estado. Seu

enfoque estratégico envolve investimentos sociais colaborativos, construção conjunta e respeito às diversidades locais, refletindo um compromisso sólido com o desenvolvimento sustentável e duradouro em cada comunidade beneficiada.

SUDESTE

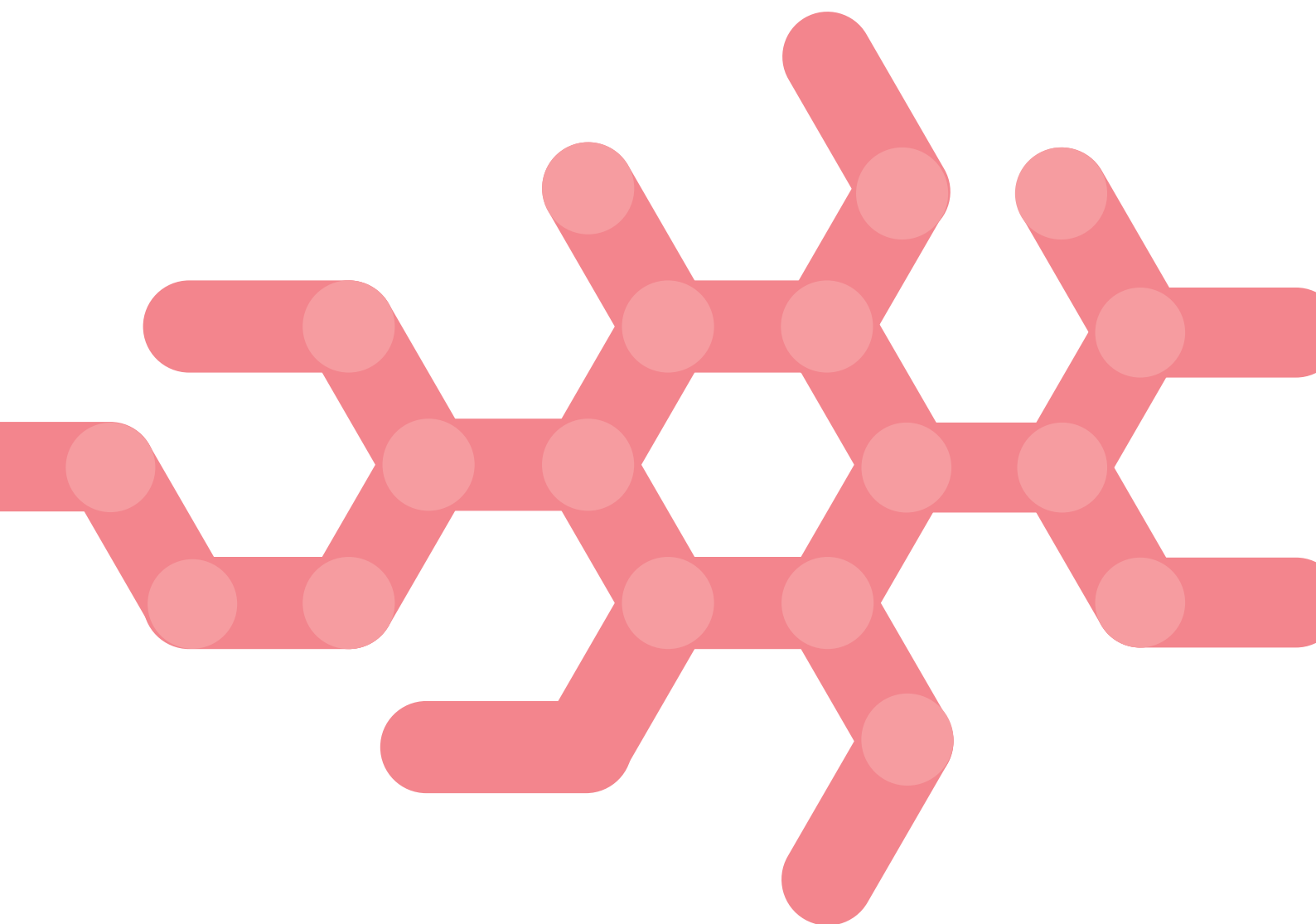
ANC – Associação Nossa Cidade, como Instituto Comunitário, busca o desenvolvimento comunitário da região metropolitana de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Seu foco principal reside no financiamento de projetos sociais que buscam atender às demandas específicas da localidade. Uma notável iniciativa da ANC foi a criação do Fundo Regenerativo de Brumadinho, que desempenhou um papel crucial no apoio a pequenos projetos sociais após os desastres enfrentados na região. Além de fornecer recursos financeiros, a ANC colaborou com a comunidade para identificar prioridades e implementar ações significativas para a cidade.

SUL

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas dentre suas atividades, desenvolve olhares para atuação em rede e locais através das suas Redes de Investidores Regionais (RIS). Atualmente, o GIFE promove 5 RIS, cada um focado em uma região diferente. Na região Sul, o RIS Paraná conta com atores como Instituto Grupo Boticário, Instituto Positivo e outros. Através de encontros, reuniões, compartilhamento de experiências e conhecimentos, buscam as melhores estratégias para endereçar as demandas desta região.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

A definição de uma causa ou foco de atuação é essencial para que o investimento social aconteça. Igualmente necessária é a escolha do território de atuação. Se o desejo é contribuir para o desenvolvimento da região onde está presente, conheça o ecossistema e as necessidades locais, busque inspirações junto a quem já atua e acredite que, mesmo se você for o primeiro a iniciar este movimento, será uma inspiração para que ele cresça.



PERSPECTIVA

5

FILANTROPIA PARA UM AMBIENTE REGULATÓRIO FAVORÁVEL AO TERCEIRO SETOR



O foco do investimento filantrópico vai além de causas específicas, beneficiando a infraestrutura do Terceiro Setor

A cultura de doação de um país pode ser compreendida, essencialmente, como o resultado de três fatores: 1) sua história e conjuntura socioeconômica; 2) a utilização de técnicas apropriadas para a mobilização de recursos; e 3) as regulações que regem o Terceiro Setor, capazes de incentivar as doações e permitirem distintas práticas de captação de recursos.

Pensando nesse terceiro ponto, a viabilidade da atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é influenciada por um marco legal que lhes garanta benefícios na operação, como a isenção da cobrança de certos tributos que incidem sobre empresas privadas.

Ao mesmo tempo, é fundamental que este mesmo marco legal traga maior segurança à sociedade doadora de que as OSCs empregarão os recursos recebidos de modo idôneo, transparente e com boa governança, justificando tais benefícios fiscais. Sendo assim, a sustentabilidade do Terceiro Setor no longo prazo está diretamente re-

lacionada a um arcabouço legal adequado, que forneça incentivos para a doação, descomplicando a operação das organizações e regulando seu funcionamento, garantindo assim mais confiança para todos os envolvidos nesse processo.

Cabe também à filantropia o papel de apoiar e puxar pautas em prol do Terceiro Setor, seja pela produção de dados para o devido *awareness* e defesa de pautas, seja por meio da influência junto a legisladores, governantes e até sobre o Poder Judiciário, de modo que sejam cumpridos os direitos adquiridos pelas OSCs. Com a reforma tributária em discussão, este tema se torna ainda mais relevante.

A atenção com as questões regulatórias deve ser constante, posto que o tema é dinâmico, seja pela entrada de novos atores no setor, seja pelos reveses a que estão sujeitas as regulações com as mudanças do ciclo político ou pelo surgimento de novas agendas, necessidades e urgências.

A coordenação dos esforços apresenta-se como elemento-chave para que o setor filantrópico e as entidades representantes das OSCs façam seus pleitos em bloco, em coalizões e frentes amplas, e não somente por grupos de pressão e interesse de seg-

mentos específicos que acabam por canalizar as vantagens para algumas poucas causas. É atuando coletivamente que a filantropia poderá construir uma agenda positiva de impacto para o longo prazo.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

INVESTIMENTO NA PRODUÇÃO DE DADOS

Dados e evidências são elementos estruturantes para a definição de políticas públicas. O estudo das 27 legislações estaduais do ITD/ITCDM pelo Sustenta OSC (iniciativa do GIFE com a FGV Direito SP) deu embasamento técnico para a defesa do fim da cobrança do imposto no texto na reforma tributária, feita por organizações como o Instituto Beja e a ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos, que tem entre seus doadores veículos de filantropia familiar como a Fundação José Luiz Egydio Setúbal, o Instituto ACP e o Movimento Bem Maior. O estudo A Importância do Terceiro Setor para o PIB no Brasil, iniciativa da Sitawi Finanças do Bem e do Movimento por uma Cultura de Doação, e executado pela FIPE, identificou que o setor é responsável por 4,27% do PIB e por mais de 6 milhões de empregos. Além de citado na imprensa, esse dado tem sido utilizado na defesa do setor em audiências públicas e tratativas com legisladores para demonstrar a importância de um ambiente regulatório favorável no Brasil. Outro exemplo é a Pesquisa Doação Brasil, iniciativa do IDIS realizada pela Ipsos, que se debruça sobre o comportamento do doador individual no país, contribuindo para a compreensão acerca da cultura de doação.

INCIDÊNCIA COLETIVA

Pleitos coletivos são encaminhados por meio de coalizões, que reúnem uma miríade de organizações com interesses comuns. A Coalizão pelos Fundos Filantrópicos tem mais de uma centena de signatários. Sob a liderança do IDIS, influenciou a sanção da Lei 13.800/2019, a regulamentação de doações feitas por meio da Lei de Incentivo à Cultura e incide para o aprimoramento do ambiente regulatório para fundos patrimoniais. Na mesma linha, a Aliança pelo Impacto articula o fomento ao ecossistema de investimentos e negócios de impacto, identificando e conectando organizações que atuam em favor deste campo no Brasil. Em 2023, também teve destaque a carta de apoio e sugestões enviada pelo capítulo brasileiro do movimento global Catalyst 2030 aos envolvidos com a Estratégia Nacional da Economia de Impacto (Enimpecto).

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Apesar de integrarem o Terceiro Setor e serem impactados pelo arcabouço legal que o regula, investidores sociais ainda têm uma atuação tímida no fortalecimento do ecossistema do qual fazem parte. Se informe sobre as organizações e redes que atuam em prol de nosso setor. O financiamento é necessário, mas lembre-se de que há valor também em adesões institucionais, mostrando que se sente representado pela iniciativa e que aquela também é sua demanda.

Conheça as principais pautas regulatórias que merecem atenção do setor filantrópico em 2024:

- 1.** A reforma tributária, aprovada em 2023, previu a não incidência do imposto sobre legados e doações (ITCMD) para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais. Agora este benefício precisa ser regulamentado.
- 2.** Ainda sobre a reforma tributária, houve a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS e a COFINS, o ICMS e o ISS. Foi reconhecida a imunidade desses novos tributos para as instituições sem fins lucrativos de educação e assistência social e foram admitidas algumas poucas reduções de alíquota para atividades relacionadas ao terceiro setor. Ainda haverá uma regulamentação.
- 3.** Na fase infraconstitucional da reforma tributária, haverá a revisão dos impostos sobre o patrimônio e a renda e será uma boa oportunidade para buscar a expansão dos incentivos fiscais de IRPF para doações a Organizações da Sociedade Civil, sem limitação de causas, tal como já existe para empresas, contribuindo para sua sustentabilidade a longo prazo.
- 4.** Prioritário também é a permissão da doação de recursos via leis de incentivo fiscais para fundos patrimoniais filantrópicos de variadas causas e a isenção dos tributos sobre seus rendimentos financeiros.
- 5.** É importante não perder de vista o MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019 de 2014, que completa seus 10 anos neste ano, mas ainda há muitas instâncias públicas que não o aplicam em sua íntegra. É necessário ampliar a aplicação da norma nas várias esferas da administração pública federal, estadual e municipal.

PERSPECTIVA



AVALIAÇÃO DE IMPACTO COMO ALIADA NA AGENDA ESG



A mensuração das ações relacionadas ao pilar Social trazem materialidade e contribuem para narrativas de verdadeiro impacto de longo prazo

A pesquisa bienal ESG Global Survey realizada pelo BNP Paribas, evidenciou mais uma vez que a qualidade de dados referentes ao pilar social da Agenda ESG (Ambiental, Social e Governança) foi citada como a maior barreira da pauta, com 71% dos respondentes destacando-a como sua principal preocupação, um aumento de 17 pontos percentuais em relação à última pesquisa.

Em um cenário global onde a urgência por sustentabilidade é cada vez mais irrefutável para a sobrevivência do planeta e o sucesso dos negócios, a agenda ESG tem orientado as organizações em direção a práticas mais responsáveis. No entanto, persiste um desafio na padronização e consistência dos dados, principalmente no componente Social.

Diante desses desafios, as metodologias de avaliação de impacto emergem como soluções importantes para decifrar a real influência de iniciativas sociais das empresas, a partir de uma perspectiva institucional. Usando uma linguagem comum, demons-

tram com dados o quanto as atividades promovem o bem social e refletem as metas ESG de forma integrada às estratégias organizacionais.

O protocolo Social & Human Capitals Protocol, da Capitals Coalition, está entre as iniciativas desenvolvidas para integrar avaliações de impacto holísticas e estratégias de sustentabilidade. Ferramentas emergentes de Inteligência Artificial e mecanismos de blockchain surgem com o potencial de revolucionar a forma como as informações de impacto são rastreadas e reportadas, trazendo mais confiança e integridade aos dados. A natureza descentralizada do blockchain impede, por exemplo, a manipulação dos dados, aumentando a credibilidade dos relatórios de impacto e fortalecendo a confiança dos stakeholders. Este avanço é particularmente promissor para o Terceiro Setor, onde a necessidade de transparência e responsabilização é alta.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

PETROBRAS

A empresa vem conduzindo avaliações de impacto socioambiental rigorosas para seus diversos projetos sociais e/ou ambientais apoiados de responsabilidade socioambiental, como parte de seu compromisso com a agenda ESG. Foi a partir das avaliações de impacto para os projetos apoiados, que se iniciou um trabalho de diagnóstico e harmonização de indicadores em consonância com a estratégia socioambiental da companhia, levando a empresa a identificar com mais clareza seu impacto nas comunidades em que opera.

ITAÚ UNIBANCO

O maior banco privado do Brasil tem investido em avaliações de impacto para seus projetos sociais. Por meio da Fundação Itaú Social, o banco desenvolve metodologias para monitorar e avaliar o impacto de seus investimentos em educação, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino público no país.

MOEDA SEEDS

A Moeda é uma fintech brasileira que utiliza a tecnologia *blockchain* para promover inclusão financeira e desenvolvimento sustentável. Através de sua plataforma, ela possibilita o rastreamento transparente de microcréditos concedidos a pequenos empreendedores, muitos deles em áreas rurais. A *blockchain* permite que investidores acompanhem o impacto de seus investimentos em tempo real, avaliando os resultados socioeconômicos dos projetos financiados.

BANQU

Plataforma de *blockchain* que visa conectar pequenos agricultores ao mercado global, ao mesmo tempo em que promove práticas sustentáveis. Ela permite que agricultores criem um histórico de crédito digital, acessível via smartphone, documentando suas transações de maneira segura. O aspecto inovador da Ban-Qu em termos de impacto socioambiental é sua capacidade de rastrear a cadeia de suprimentos desde a origem, garantindo que as práticas sustentáveis sejam reconhecidas e valorizadas ao longo do processo.

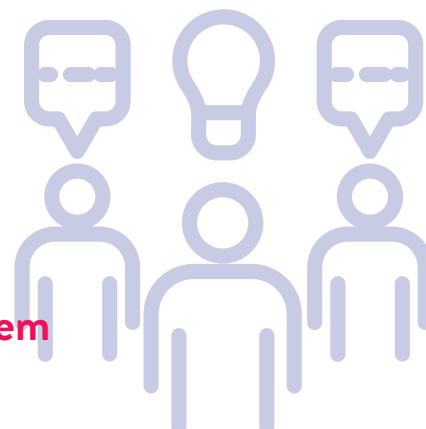
DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Há muitas ferramentas de avaliação de impacto disponíveis. Identifique a mais adequada para seus projetos e traga mais materialidade a seus relatórios ESG. Consistência neste processo e transparência são elementos valorizados por investidores e consistem em um diferencial.

PERSPECTIVA

7

GOVERNANÇA E DIVERSIDADE LADO A LADO



Diferentes origens e perspectivas fortalecem conselhos e levam a melhores decisões

“

O ritmo e a intensidade da mudança estão acelerando rapidamente, e os conselhos estão entendendo a urgência de se adaptar e se posicionar agora para liderar em um futuro mais exigente, inclusivo e turbulento.”

Governance Outlook 2023

National Association of Corporate Directors/NACD

A governança desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioambiental, influenciando a maneira como empresas, filantropos, organizações da sociedade civil (OSCs) e comunidades interagem e geram impactos positivos na sociedade e no meio ambiente.

No âmbito corporativo, vem-se provando que a incorporação da agenda ESG, já abordada neste material, não apenas contribui para a reputação da empresa, mas também minimiza riscos ambientais e sociais, proporcionando uma gestão mais eficiente. Nessa agenda, entre as melhorias de governança se destaca o tema da Diversidade, como demonstra a grande adesão à Coalizão Empresarial para a Equidade Racial e de Gênero e ao Pacto de Promoção da Equidade Racial, e despontam iniciativas que fomentam a formação de profissionais e mentorias. Em julho de 2023, foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a proposta que as companhias listadas na B3 devem eleger ao menos uma mulher e um integrante de comunidade

sub-representada (pessoas pretas, pardas ou indígenas, integrantes da comunidade LGBTQIA+ ou pessoas com deficiência) para seu conselho de administração ou diretoria estatutária em até dois anos a partir da vigência da regra.

Especificamente no campo da filantropia, este também é um tema importante. Avança o debate acerca da participação de beneficiários nos processos decisórios, assim como sobre a transparência e *accountability* de financiadores do desenvolvimento socioambiental. Esses agentes, de acordo com estudo da Lilly Family School of Philanthropy, movimentaram mais de USD 70 bilhões em doações transnacionais em 2020, gerando uma influência que sugeriria parâmetros bastante elevados de governança. Essa é uma perspectiva cujo desenrolar nos próximos anos merece atenção.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

PROGRAMA DE EQUIDADE RACIAL EM CONSELHOS

Realizado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, em conjunto com a B3 e a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, o Programa tem como objetivo ampliar a presença de pessoas negras em conselhos de administração e fazer com que as organizações brasileiras colham os benefícios da diversidade e sejam mais representativas da nossa sociedade.

INSTITUTO CACIMBA

Saindo dos padrões tradicionais de governança de uma organização social, o Instituto Cacimba, fundação comunitária da região de São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo, formou conselhos e instâncias estratégicas que vão além dos usuais. O primeiro a ser formado foi o ‘Conselho Comunitário’, composto por cinco lideranças atuantes da região, dando voz às organizações locais. Valorizando a ancestralidade local, também foi criado o ‘Conselho das Avós’, composto por três mulheres com mais de 60 anos, protagonistas na história do território e que atuam em projetos sociais da região. E por fim, há o Conselho da Juventude, integrado por três jovens transformadores locais, que trazem a visão das novas gerações, contribuindo com novos diálogos e abordagens

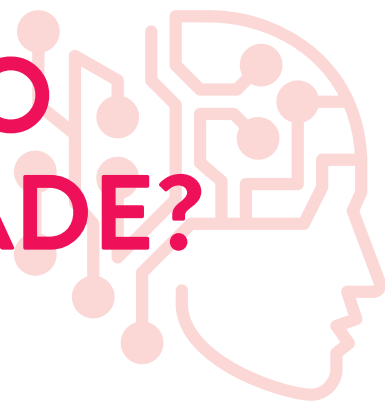
DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

O conselho de uma organização é um elemento-chave para direcionar sua estratégia e por isso é tão importante a atenção a seus membros. O primeiro passo pode ser a realização de um censo. O retrato de sua composição torna-se o ponto de partida para a reflexão. A conversa pode ser ainda mais proveitosa se forem oferecidos letramentos em temas relacionados à diversidade. Com o grupo sensibilizado e capacitado, busquem juntos formas de trazer pessoas que agreguem pontos de vista diferentes.

PERSPECTIVA

8

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: RISCO OU OPORTUNIDADE? REALIDADE.



A IA veio para ficar e investimento é necessário para que o Terceiro Setor possa aproveitar seu potencial

Apesar de existir há mais de 80 anos, a Inteligência Artificial (IA) começa a fazer parte de nosso cotidiano apenas agora. A relevância do debate aumentou especialmente em 2023, com a viralização do *ChatGPT*, plataforma de IA generativa da *Open AI*, que em apenas três meses atingiu 100 milhões de usuários - o crescimento mais rápido na história dos aplicativos de internet.

O setor filantrópico encontra-se em uma encruzilhada entre abraçar as inovações proporcionadas pela IA ou resistir às mudanças devido aos riscos inerentes a ela. Afinal, como essas tecnologias podem ser úteis ao setor? Vale a pena trilhar esse caminho? Quais as implicações para a atividade filantrópica e para a cultura de doação?

A pesquisa O que o público pensa sobre organizações sociais utilizando Inteligência Artificial? lançada pela *Charities Aid Foundation (CAF)* em janeiro de 2024, traz pontos de partida interessantes para reflexão. Realizada em 10 países, incluindo o Brasil, revela que 37% dos respondentes acreditam que

os benefícios da adoção da IA superam os potenciais riscos, em contraste aos 22% que acreditam haver mais riscos que vantagens. Entre os brasileiros, o otimismo é ainda maior - 48% veem oportunidades, contra 18% que acreditam serem maiores os malefícios. Entre os respondentes brasileiros, também há a percepção por 88% de que devem ser feitos esforços deliberados para apoiar as organizações sociais na adoção da tecnologia.

As oportunidades mais destacadas pelos respondentes brasileiros foram a possibilidade de auxiliar mais pessoas (29%), a capacidade de rápida resposta a emergências (22%) e a tomada de decisões mais precisas a partir da análise de dados (16%). Também surgiram oportunidades ligadas à otimização na comunicação e apoio a estratégias de captação de recursos. Segurança de dados (30%), a redução de postos de trabalho (26%) e a geração de informações e decisões enviesadas (14%) foram os riscos mais citados pelos respondentes brasileiros.

A pesquisa reforça a importância da utilização responsável da ferramenta, da transparência e a necessidade de atenção aos riscos. Não se trata de uma adoção indiscriminada, pois isso pode levar a consequências que certamente terão impacto na reputação da organização. Tópico este, especialmente sensível, considerando o histórico de desconfiança da população em relação à atuação do Terceiro Setor. A Pesquisa Doação Brasil 2022, por exemplo, revelou que apenas 31% da população brasileira acredita que a maior parte das organizações da sociedade civil são confiáveis.

tor, como o emprego das já mencionadas ferramentas de IA generativa como assistentes para a produção de conteúdos. No entanto, cresce o debate acerca do uso de ferramentas de IA para otimizar processos, analisar grandes volumes de dados, apoiar a captação de recursos ou campanhas de comunicação. O fundador e diretor do Why Philanthropy Matters, Rhodri Davies, destacou em um artigo publicado na revista Alliance que o potencial de uso da IA nas organizações da sociedade civil muitas vezes não é percebido por elas próprias, mas não é possível dar as costas.

Existem caminhos mais evidentes e até simples para o uso da IA no Terceiro Se-

“

“À medida que os sistemas de IA estão cada vez mais presentes, é inevitável que impactarão as OSC. O perigo é que, se as OSC abordarem esta questão de forma passiva, a IA se tornará então algo que lhes acontece, ao invés de algo que possam aproveitar de forma eficaz ou modelar. Financiadores e OSC devem desempenhar um papel mais ativo: demonstrando como a IA pode ser utilizada de formas que beneficiem a sociedade; destacando as consequências não intencionais da sua implementação descuidada; e garantindo que tenham voz nos debates sobre como conformar a tecnologia para que traga benefícios, em vez de danos, à nossa sociedade.”

Rhodri Davies, fundador e diretor do Why Philanthropy Matters

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

EU SOU A GLÓRIA

A plataforma do Instituto Gloria utiliza a coleta de dados para gerar conteúdos educacionais e estabelecer uma rede de apoio com ferramentas voltadas para combater o ciclo de violência contra mulheres e meninas. O robô opera por meio de uma aplicação de Inteligência Artificial baseada em aprendizado de máquina (machine learning), um sistema que se aprimora continuamente a partir de suas próprias experiências.

CAMPANHA NOTCO

Com o intuito de conscientizar as pessoas sobre a discrepância entre a vida natural dos animais e a realidade da indústria alimentícia, a NotCo, empresa global de tecnologia alimentar reconhecida por sua produção de alimentos veganos, lançou uma campanha que apresentava imagens de animais idosos. Essas representa-

ções foram geradas por meio de Inteligência Artificial. A campanha foi concebida para impactar a população, destacando que, na natureza, vacas podem viver até 49 anos, porcos até 23 anos e galinhas até 13 anos. No entanto, no atual sistema alimentar, esses animais têm uma vida que se resume a alguns meses e, em alguns casos, apenas dias. O uso da IA nesse contexto visa chamar a atenção para a comunicação e mobilização em prol de uma causa.

KHAN ACADEMY

A organização sem fins lucrativos de educação e tecnologia, implementou o uso do “Khanmigo”, um chatbot de IA projetado para ajudar alunos a resolverem problemas sem entregar as respostas. Esse recurso é utilizado na Khan Lab School e está em teste em algumas escolas nos EUA.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Temos diante de nós uma grande oportunidade para alavancar o setor social, mas a adoção adequada da IA depende de investimento e requer a compreensão de que haverá tentativas e erros nesta jornada. Contribua para essa mudança.



IDIS
DESENVOLVENDO O
INVESTIMENTO SOCIAL